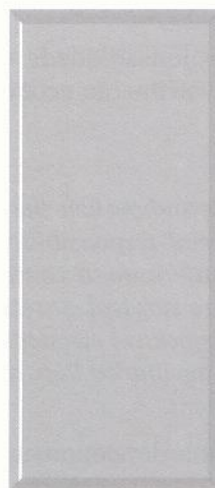


Carlos Augusto Monticelli (Uniso)

*Responsabilidade social corporativa
e desenvolvimento sustentável:
algumas considerações*



RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar a correlação entre desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa. Partindo dos aspectos conceituais, procura-se a fundamentação que justifique a preocupação do homem com tais questões, ou seja, a preocupação do homem com a sua sobrevivência. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social são considerados elementos indissociáveis das sociedades organizadas, de forma que prevaleça a democracia; as leis de mercado e a liberdade são o caminho para assegurar o desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: responsabilidade social; desenvolvimento sustentável; ética empresarial; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This article aims to show how the correlation between sustainable development and corporative social responsibility. Based on conceptual aspects, the fundamentation that justify human concern on these questions is searched, in other words, the concern to survival. Sustainable development and social responsibility are considered indissociable elements of organized societies, in manners that the democracy prevail; the market laws and the liberty are the way to assure the social economic development.

Key words: sustainable development; social responsibility; business ethics; economic development.

Introdução

A responsabilidade social de uma empresa pode ser definida como sendo a sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está inserida e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce. Entretanto, apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente não são suficientes para atribuir a uma empresa a condição de socialmente responsável. É necessário investir no bem-estar dos seus funcionários e dependentes e num ambiente de trabalho saudável, além de promover comunicações transparentes, dar retorno aos acionistas, assegurar sinergia entre seus parceiros e garantir a satisfação dos clientes e/ou consumidores.

A empresa consome, direta ou indiretamente, recursos naturais renováveis ou não, que são enorme patrimônio gratuito da humanidade; utiliza capitais financeiros e tecnológicos que, no fim da cadeia, pertencem a pessoas físicas e, conseqüentemente, à sociedade; também utiliza a capacidade de trabalho da sociedade; finalmente, subsiste em função da organização do Estado que a sociedade lhe viabiliza como parte das condições de sobrevivência. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo, em troca, no mínimo, prestar-lhe contas da eficiência com que usa todos esses recursos¹.

Na “era da informação”, o conhecimento está-se transformando no recurso organizacional mais importante das empresas, uma riqueza muito mais importante e crucial do que o dinheiro. Gradativamente, o capital financeiro está cedendo lugar para o capital intelectual, como a base fundamental das operações empresariais.

Desde a década de oitenta do século passado, alguns países da Europa Central se preocuparam com a contabilização dos recursos humanos e com o balanço social. O balanço social deve comportar informações sobre o emprego, remuneração, encargos sociais, condições de higiene e segurança, produtividade do pessoal, disfunções (como a rotatividade, o absenteísmo, os conflitos trabalhistas), relações trabalhistas, etc. Entretanto, o balanço social deve retratar não somente as relações entre a organização e

¹ Francisco Paulo de Melo Neto; César Froes, *Responsabilidade social e cidadania empresarial*. A administração do Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001 p. 83.

seu pessoal, mas sobretudo as relações entre a organização e a sociedade em seu conjunto (acionistas, clientes e usuários, fornecedores, comunidade e governo)².

1. Ética e economia: conceitos e problemas

Na tradição econômica dominante podemos destacar que existe uma assimetria direcional que foi arbitrariamente imposta entre a economia preditiva e a economia do bem-estar; a primeira influenciou a segunda, porém nenhuma influência observou-se na direção oposta. Se, contudo, o comportamento dos seres humanos é afetado por considerações éticas, então claramente se deve permitir que considerações de economia do bem-estar tenham algum impacto sobre o comportamento real e que, portanto, também sejam relevantes para a economia preditiva³.

Na economia preditiva, o distanciamento de considerações éticas se deve basicamente à força da hipótese de que o comportamento humano, pelo menos em questões econômicas, pode ser satisfatoriamente previsto com base na maximização do auto-interesse. Um comportamento assim por parte de todos realmente produziria a otimalidade de Pareto, e a tentativa de qualquer pessoa de afastar-se da maximização do auto-interesse, se viesse a produzir algum efeito, seria apenas o de ameaçar a obtenção da eficiência econômica, ou seja, da otimalidade de que fala Pareto⁴.

A condição necessária para que os custos privados e os benefícios de qualquer ação para o indivíduo, medida pelo preço de mercado, se reflitam nos custos e benefícios para a sociedade é básica no modelo de equilíbrio geral e do bem-estar. Acontece, porém, que as ações de determinada unidade poderão causar perdas ou ganhos nas ações de outras unidades. Esses são os efeitos externos que podem existir tanto nas unidades de consumo quanto de produção e podem ser negativos ou positivos. Os efeitos no consumo são medidos em termos dos benefícios, enquanto na produção eles são avaliados em termos da quantidade e dos custos. Quando os efeitos externos surgem, há uma desigualdade entre o custo margi-

² Idalberto Chiavenato, *Recursos humanos*. S. Paulo: Atlas, 2000, p. 590-592.

³ Amartya Sen, *Sobre Ética e Economia*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 45-73.

⁴ Id., ib., p. 45-73.

nal e a receita ou o preço, tendo como consequência a não-obtenção do ótimo de Pareto⁵.

O homem é um ser dotado de razão e de liberdade, capaz de iniciativa e de progresso. Em matéria de produção e de repartição de riqueza, como em geral em qualquer matéria de organização social, ele pode escolher entre o bem e o mal e cada vez mais avança do mal para o bem⁶.

Os fatos produzidos no mundo podem ser considerados como de duas espécies: uns têm sua origem no jogo das forças da natureza, que são forças cegas e fatais; outros têm sua origem no exercício da vontade do homem, que é uma força clarividente e livre. Quanto aos efeitos das forças naturais, não se pode fazer outra coisa que não seja reconhecê-los, constatarlos e explicá-los. Quanto aos efeitos da vontade humana, cabe, primeiramente, reconhecê-los, constatarlos e explicá-los, mas depois cabe governá-los. Isso é claro, já que as forças naturais nem mesmo têm consciência ao agir e ainda menos podem deixar de agir como o fazem e que, contrariamente, a vontade humana tem consciência ao agir e pode agir de várias maneiras⁷.

O fato da clarividência e da liberdade da vontade do homem divide todos os seres do universo em duas grandes classes: as pessoas e as coisas. Todo ser que reconheça e que não tem domínio de si é uma coisa. Do que se infere que todo ser que reconheça que tem tal domínio é uma pessoa. Apenas o homem é uma pessoa; os minerais, as plantas e os animais são coisas. A finalidade das coisas é racionalmente subordinada à finalidade das pessoas. A pessoa, pelo simples fato de que se conhece e tem domínio sobre si, está encarregada de buscar ela própria sua finalidade; ela é responsável pela realização de seu destino. Merecerá louvor, se ela realiza tal ato; demérito, no caso contrário. Ela tem, pois, toda a faculdade, toda a liberdade de subordinar a finalidade das coisas à sua própria finalidade. Mas, se a finalidade de todas as coisas está subordinada à finalidade de todas as pessoas, em compensação a finalidade de uma pessoa qualquer não está subordinada à finalidade de nenhuma outra pessoa. Todos os homens são igualmente responsáveis pela busca de sua finalidade e pela realização de

⁵ Flávio Riani, *Economia do setor público*. S. Paulo: Atlas, 2002, p. 34-38.

⁶ Léon Walras, *Compêndio dos elementos de economia política pura*. S. Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 10 (Coleção "Os Economistas").

⁷ Id., ib., p. 16.

seu destino. Todas essas finalidades, todos esses destinos devem se coordenar uns com os outros⁸.

A teoria da propriedade fixa e determina as relações entre os homens, considerados como pessoas morais, a respeito da apropriação da riqueza social, ou as condições de uma repartição eqüitativa da riqueza social entre os homens que vivem em sociedade. A teoria da indústria fixa e determina as relações entre os homens, considerados como trabalhadores entregues a ocupações específicas, e as coisas, visando à multiplicação e à transformação da riqueza social. As primeiras condições são condições morais, que serão deduzidas do ponto de vista da justiça. As outras são condições econômicas, que serão deduzidas do ponto de vista do interesse. Mas umas e outras são igualmente condições sociais, tendo em vista a organização da sociedade. Essas duas ordens de considerações contrariam-se uma à outra ou, ao contrário, ajudam-se mutuamente?⁹

O homem real executa ações econômicas, morais, religiosas, estéticas, etc. O mesmo homem que considero como *homo oeconomicus* para um estudo econômico, posso considerá-lo como *homo ethicus* para um estudo moral, como *homo religiosus* para um estudo religioso, etc. Em suma, considerar esses diferentes “homens” corresponde a considerar as diferentes propriedades desse homem real e visa apenas a cortar em fatias a matéria que deve ser estudada. Erra-se, portanto, quando se acusa quem estuda as ações econômicas de negligenciar ou mesmo de desdenhar as ações morais, religiosas, etc. Quando se volta do abstrato ao concreto, é preciso de novo reunir as partes que, para serem melhor estudadas, foram separadas. A ciência é essencialmente analítica; a prática é essencialmente sintética. A Economia Política não tem que levar em conta a moral; mas quem preconiza uma medida prática deve levar em conta, não apenas as consequências econômicas, mas também as consequências morais, religiosas, políticas, etc¹⁰.

Para certos fenômenos concretos o lado econômico predomina sobre todos os outros; poder-se-á, então, sem erro grave, considerar apenas as consequências da ciência econômica. Há outros fenômenos concretos nos quais

⁸ Id., ib., p. 16-17.

⁹ Id., ib., p. 30.

¹⁰ Vilfredo Pareto, *Manual de Economia Política*. S. Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 18-19 (Coleção “Os Economistas”, v. I).

o lado econômico é insignificante. Há fenômenos intermediários entre esses dois tipos. Em todos os casos, é uma questão de grau, de mais ou de menos. Se quisermos ser perfeitamente rigorosos, toda teoria é falsa, no sentido de que não corresponde e jamais poderá corresponder à realidade. Não é apenas devido à nossa ignorância que as teorias se afastam mais ou menos do concreto. Muitas vezes afastamo-nos do concreto a fim de chegar a uma maior simplicidade. O fenômeno econômico é excessivamente complexo e há grandes dificuldades em conhecer as teorias de suas diferentes partes¹¹.

O estudo da evolução dos fenômenos econômicos em tempos próximos dos nossos e em sociedades que não diferem enormemente da nossa é muito mais útil que o estudo de sua origem. Primeiro, ele nos permite substituir a experiência direta, que é impossível nas ciências sociais. O estudo da evolução dos fenômenos pode, em seguida, nos ser útil no sentido de que nos facilita a descoberta das uniformidades que essa evolução pode apresentar e mesmo porque nos coloca em condições de tirar do passado a previsão do futuro. Apenas de um passado muito recente é que se pode prever um futuro muito próximo e, infelizmente, mesmo dentro desses estreitos limites, as previsões são muito difíceis. A meta da ciência é conhecer as uniformidades dos fenômenos; portanto, é preciso empregar todos os procedimentos, utilizar todos os métodos que nos conduzem a essa meta. O método que nos conduz à meta é bom, pelo menos enquanto não se encontrar um ainda melhor. O método histórico é bom, mas o método dedutivo ou o método indutivo, que se aplica aos fatos presentes não é menos bom. Se nas deduções a lógica corrente é suficiente, vamos aplicá-la; se não basta, podemos substituí-la pelo método matemático. Enfim, se o autor prefere tal ou qual método, simplesmente pedir-lhe-emos que nos mostre leis científicas, sem nos preocuparmos muito com o caminho que seguiu para chegar a seu conhecimento¹².

Segundo a teoria aristotélica, a finalidade das ações que praticamos deve ser o bem supremo. Se há, portanto, um fim visado em tudo que fazemos, este fim é o bem atingível pela ação. Parece que a felicidade, mais que qualquer outro bem, é tida como este bem supremo, pois a escolhemos sempre por si mesma, e nunca por causa de algo mais. Mas as honrarias, o prazer, a inteligência e todas as outras formas de excelência, embora as

¹¹ Id., ib., p. 19-21.

¹² Id., ib., p. 22-23.

escolhamos por si mesmas, escolhemo-las por causa da felicidade, pensando que através delas seremos felizes. Podemos dizer que a felicidade é auto-suficiente, no sentido de que é aquilo que, em si, torna a vida desejável por não ser carente de coisa alguma. Logo, a felicidade é algo final e auto-suficiente, e é o fim a que visam as ações. Os bens pertinentes à alma geralmente são chamados de bens no verdadeiro sentido da palavra e no mais alto grau. A finalidade deve estar identificada com certas ações e atividades, pois assim ela se insere entre os bens da alma e não entre os bens exteriores. O homem feliz vive bem e se conduz bem. A definição de felicidade está, portanto, de acordo com a sua identificação com a excelência ou com alguma forma de excelência, pois a felicidade é a ação conforme à excelência. A vida de atividade conforme à excelência é agradável em si, pois o prazer é uma disposição da alma, e o agradável para cada pessoa é aquilo que se costuma dizer que ela ama. Sendo assim, as ações conformes à excelência devem ser necessariamente agradáveis. Mas elas são igualmente boas e belas e têm cada um destes atributos no mais alto grau¹³.

O prazer ou o sofrimento superveniente às nossas ações é um indício de nossas disposições morais. Se as várias formas de excelência moral se relacionam com ações e emoções e se toda emoção e toda ação são acompanhadas de prazer ou sofrimento, pela mesma razão a excelência moral se relacionará com os prazeres e sofrimentos. As ações são chamadas justas e moderadas quando são como as que o homem justo e moderado praticaria, mas o agente não é justo e moderado apenas por praticá-las e, sim, porque também as pratica como as praticariam homens justos e moderados. É mediante a prática de atos justos que o homem se torna justo, e é mediante a prática de atos moderados que o homem se torna moderado. Sem os praticar ninguém teria a possibilidade de tornar-se bom. A excelência moral, então, é uma disposição da alma relacionada com a escolha de ações e emoções, disposição esta consistente num meio termo determinado pela razão. Trata-se de um estado intermediário, porque nas várias formas de deficiência moral há falta ou excesso do que é conveniente tanto nas emoções quanto nas ações, enquanto a excelência moral encontra e prefere o meio termo. A excelência moral é um meio termo, mas com referência ao que é melhor e conforme ao bem ela é um extremo¹⁴.

¹³ Aristóteles, *Et. Nic.* 1095a, 15 - 1099b, 5.

¹⁴ Id., *ib.*, 1104, 13 - 1109b, 25.

A excelência moral se relaciona com as emoções e ações, e somente emoções e ações voluntárias são louvadas e censuradas, enquanto as involuntárias são perdoadas e, às vezes, inspiram piedade. Consideram-se involuntárias as ações praticadas sob compulsão ou por ignorância. Um ato é forçado quando sua origem é externa ao agente, sendo tal a sua natureza que o agente não contribui de forma alguma para o ato, mas, ao contrário, é influenciado por ele. Sendo involuntária uma ação executada sob compulsão ou por ignorância, um ato voluntário é, presumivelmente, aquele cuja origem está no próprio agente, ou seja, quando este conhece as circunstâncias particulares em que está agindo. A escolha parece relacionar-se intimamente com a excelência moral e proporciona um juízo mais seguro sobre o caráter do que sobre as ações. Aparentemente ela é voluntária, mas nem tudo que é voluntário é objeto de escolha. Será ela, então, aquilo que é precedido pela deliberação? Seja como for, a escolha requer o uso da razão e do pensamento. Deliberamos sobre coisas que estão ao nosso alcance e podem ser feitas. Recorremos a outros para ajudar-nos na deliberação sobre questões importantes, desconfiando de nossa capacidade de decidir. Toda deliberação é uma investigação. O objeto da deliberação e o objeto da escolha são uma só e a mesma coisa, com a ressalva de que o objeto da escolha já está determinado, uma vez que aquilo que foi decidido em decorrência da deliberação é o objeto da escolha¹⁵.

Sob o ponto de vista da ética calvinista, a utilidade de uma vocação, e sua conseqüente aprovação por Deus, é orientada primeiramente por critérios morais e, depois, pela escala de importância dos bens produzidos para a coletividade, colocando-se, logo em seguida, um terceiro, e do ponto de vista prático, mais importante critério: a lucratividade individual do empresário. A riqueza, dessa forma, é condenável eticamente, só na medida em que se constituir uma tentação para a vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso da vida. Mas, como o empreendimento de um dever vocacional, ela não é apenas moralmente permissível, como diretamente recomendada. A combinação de restrição do consumo com a liberação da procura de riqueza tem como resultado a acumulação capitalista através da compulsão ascética à poupança. As restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo como investimento de capi-

¹⁵ Id., ib., 1109b, 30 - 1112a, 20.

tal. À medida que se foi estendendo a influência da concepção de vida puritana, ela favoreceu o desenvolvimento de uma vida econômica racional e burguesa. Pessoas que encaram o trabalho e a industrioseidade como seu dever para com Deus¹⁶.

Outros analistas apontam a existência de três tipos básicos de ação do homem em relação a seus semelhantes: tirar, doar e trocar. Constatamos na natureza a existência da dicotomia entre os instintos fundamentais, o de agressão, conservação e domínio, de um lado, e o de simpatia ou amor, de outro. Os dois instintos, ou tendências ou, ainda, padrões de comportamento (modos de ação humana) criam uma dialética interior que o homem procura sobrepujar pelo uso de seus dons de racionalidade. O fundamento da sociabilidade é uma convivência impessoal que independe tanto da amizade, quanto da inimizade. De onde se pode deduzir que, na ausência de um teor afetivo de amor ou ódio, entre amigos ou inimigos, ou seja, fora de uma situação de atração mútua ou de conflito, deve intervir no simples relacionamento humano de natureza racional a reciprocidade na justiça, dando a cada um o que é seu¹⁷.

Da concorrência vital entre interesses egoístas resulta a solução racional de troca de bens e favores recíprocos, de proveitos e vantagens no comércio de valores e economia, tudo representando a própria estrutura material da sociedade. O sentido geral é o de um jogo contraditório de poder pela concorrência e a cooperação, pelo desejo de lucro e a solidariedade, pela desconfiança e a confiança, pela rivalidade e a simpatia, pela negociação com o cliente ou o parceiro na transação. A tensão entre os impulsos divergentes é, precisamente, o que cria o interesse do relacionamento social, a dinâmica da vida política e o estímulo da ação competitiva na economia de mercado. No convívio social, a racionalidade consiste, simplesmente, em assegurar regras justas do livre jogo da concorrência, em benefício comum e num ambiente de mútua confiança e cordialidade. A virtude aí exigida é a da honestidade que inspira um ambiente de confiança. Todos confiamos no princípio de que os acordos, os contratos assinados ou verbais, devem ser obedecidos¹⁸.

¹⁶ Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. S. Paulo: Pioneira, 1967, p. 110-132.

¹⁷ J. O. de Meira Penna, *Da moral em economia*. Rio de Janeiro: Universidade, 2002, p. 25-45.

¹⁸ Id., ib., p. 63-66.

O relacionamento econômico racional proporcionou a divisão do trabalho, a invenção da moeda e uma troca, um comércio, uma comunhão de interesses sob o império da lei que sublima o benefício pessoal imediato em proveito de um bem comum abstrato a longo prazo. As virtudes econômicas de liberdade de iniciativa, trabalho, prudência, poupança, honestidade e estímulo competitivo são virtudes próprias do indivíduo racional que pensa a longo prazo. São virtudes corriqueiras, virtudes pragmáticas que qualificamos de egocêntricas e são sempre válidas no setor privado da vida em sociedade. Estão relacionadas com a dignidade e a responsabilidade da pessoa humana, individual. As virtudes cívicas de respeito à lei, cumprimento dos contratos concluídos e direitos e liberdades dos outros configuram virtudes que se desenvolvem num outro plano, um plano público, cultural e político¹⁹.

A contradição moral é que, a cada instante de nossa vida, nos vemos diante de dilemas existenciais que exigem uma decisão, absolutamente livre e, por conseguinte, puramente subjetiva. Na convivência social, os interesses se conciliam a longo prazo, para proveito mútuo.

Possuindo a razão como instrumento inato, pode o homem utilizá-la na busca e defesa de seus interesses, de dois modos contraditórios: 1) para fins oportunistas e, portanto, ligados a um momento; 2) com objetivos a longo prazo. O uso de uma ou outra forma de razão depende de sua inteligência e disciplina mental. O sucesso de nossa ação em defesa de interesses mais largos, a longo prazo, dependerá da capacidade de memória, prudência, antecipação ou previsão. A disposição de coibir o desejo imediato, reprimir a satisfação do prazer ou o receio de dor ou desprazer, pela consideração do maior interesse, maior lucro ou proveito futuro, revela inteligência e cria uma razão prática de longo prazo. A análise da atividade racional faz parte integrante da ciência econômica. O sistema de mercado é o único que pressupõe a racionalidade do comportamento humano a longo prazo²⁰.

Numa perspectiva longa e ampla, a boa conduta da vida, tanto em termos econômicos como em termos puramente éticos, exige que se pense sempre nas conseqüências a longo prazo de nossas ações. Se devemos sempre pensar e planejar nossa vida a longo prazo, mandam também a razão e

¹⁹ Id., ib., p. 70-84.

²⁰ Id., ib., p. 161-174.

o bom senso que todo cálculo sobre o futuro leve em conta aquilo que é possível, aquilo que é improvável e aquilo que é arriscado ou temerário²¹.

2. O individualismo da sociedade contemporânea: algumas constatações

O individualismo tem hoje uma conotação negativa e passou a ser associado ao egoísmo. Mas o individualismo, em oposição a socialismo e a todas as outras formas de coletivismo, não está necessariamente relacionado a tal acepção. O individualismo tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais²².

É necessário que os agentes, no mercado, tenham liberdade para vender e comprar a qualquer preço, que encontrem um interessado na transação, e que todos sejam livres para produzir, vender e comprar qualquer coisa que possa ser produzida ou vendida. E é essencial que o acesso às diferentes ocupações seja facultado a todos e que a lei não tolere que indivíduos ou grupos tentem restringir esse acesso pelo uso aberto ou disfarçado da força. Proibir o uso de substâncias tóxicas ou exigir precauções especiais para a sua utilização, limitar as horas de trabalho ou requerer certas disposições sanitárias é inteiramente compatível com a manutenção da concorrência. O funcionamento da concorrência não apenas requer a organização adequada de certas instituições como a moeda, os mercados e os canais de informação, mas depende sobretudo da existência de um sistema legal apropriado, estruturado de modo a manter a concorrência e a permitir que ela produza os resultados mais benéficos²³.

A filosofia do individualismo parte do fato incontestável de que os limites dos nossos poderes de imaginação nos impedem de incluir em nossa escala de valores mais que uma parcela das necessidades da sociedade inteira. Como tal escala só pode existir na mente de cada um, segue-se que só

²¹ Id., ib., p. 179-189.

²² F. A. Hayek, *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p. 38-47.

²³ Id., ib., p. 58-59.

existem escalas parciais de valores, as quais vão inevitavelmente permitir ao indivíduo, dentro de certos limites, seguir seus próprios valores e preferências em vez dos de outrem. Nesse contexto, o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios. Esse ponto de vista não exclui a existência de fins sociais ou a possibilidade de uma coincidência de objetivos individuais que torna oportuna a união de indivíduos na persecução de tais fins sociais. Esses fins sociais são, simplesmente, objetivos idênticos de muitos indivíduos ou objetivos para cuja realização os indivíduos estão dispostos a contribuir em troca da ajuda que recebem no tocante à satisfação dos seus próprios desejos²⁴.

A idéia de que o poder exercido sobre a vida econômica só afeta questões de importância secundária decorre, em grande parte, da noção errônea de que existem objetivos puramente econômicos, distintos dos outros objetivos da existência. Os objetivos últimos da atividade dos seres racionais nunca são econômicos. Rigorosamente, não existe interesse econômico, mas apenas fatores econômicos que condicionam nossos esforços pela obtenção de outros fins²⁵.

A moral é por essência um fenômeno da conduta pessoal, mas também ela só pode existir na esfera em que o indivíduo tem liberdade de decisão e é solicitado a sacrificar voluntariamente as vantagens pessoais à observância de uma regra moral. Só quando somos responsáveis pelos nossos interesses e livres para sacrificá-los é que a nossa decisão tem valor moral²⁶.

O homem conseguiu estabelecer-se na maior parte da superfície da terra, mas sua relação com o ambiente é imperfeitamente estruturada por sua própria constituição biológica. A peculiaridade da constituição biológica do homem repousa em seu componente instintivo. O homem tem impulsos, mas estes são desprovidos de especialização e direção. Isso significa que o organismo humano é capaz de aplicar o equipamento que possui por constituição a uma ampla escala de atividades. Desde o momento do nascimento, o desenvolvimento orgânico do homem está submetido a uma contínua interferência socialmente determinada. O período durante o qual o organismo humano se desenvolve até completar-se na correlação com o ambiente é também o período durante o qual o eu humano se forma. Os pressu-

²⁴ Id., ib., p. 76-77.

²⁵ Id., ib., p. 99.

²⁶ Id., ib., p. 191.

postos genéticos do eu são dados no nascimento. Mas o eu, tal como é experimentado mais tarde como uma identidade subjetiva e objetivamente reconhecível, não é. Os mesmos processos sociais que determinam a constituição do organismo produzem o eu em sua forma particular, culturalmente relativa²⁷.

A autoprodução do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações socioculturais e psicológicas. É impossível que o homem isolado produza um ambiente humano. A humanidade específica do homem e sua socialidade estão inextrincavelmente entrelaçadas. A ordem social não faz parte da natureza das coisas e não pode ser derivada das leis da natureza. A ordem social existe unicamente como produto da atividade humana. A inerente instabilidade do organismo humano obriga o homem a fornecer a si mesmo um ambiente estável. O próprio homem tem de especializar e dirigir seus impulsos. Estes fatos biológicos servem de premissas necessárias para a produção da ordem social²⁸.

3. Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável

Durante muito tempo, o *comando-e-controle* era o único instrumento de gestão ambiental, utilizado na maioria dos países. Por *comando-e-controle* entendam-se as regulações governamentais, que definem normas de desempenho para as tecnologias e produtos, estabelecem padrões de emissão de efluentes e de utilização de recursos naturais. O governo estabelece as normas; empresas e cidadãos tratam de cumpri-las ou são punidos com multas e interdições²⁹.

A idéia de justiça econômica destaca as relações entre as empresas e os que estão ao seu redor (acionistas, empregados, consumidores, fornecedores, vizinhos de bairro, de cidade, de país). São os *stakeholders*, ou partes interessadas.

²⁷ Peter Berger; Thomas Luckmann, *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 69-73.

²⁸ Id., ib., p. 75-77.

²⁹ Fernando Almeida, *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 37.

A sustentabilidade exige uma postura, que identifique tudo que um empreendimento pode fazer de positivo e de negativo. Os avanços tecnológicos tornaram cada vez mais curto o tempo para que um impacto sobre o meio ambiente e sobre a sociedade seja plenamente sentido. A busca da sustentabilidade exige uma postura não-imediatista, uma visão de planejamento e de operação capaz de contemplar o curto, o médio e o longo prazo.

A base do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços refletem com transparência os custos, incluindo os ambientais. A prática do desenvolvimento sustentável exige uma combinação equilibrada dos mecanismos de *comando-e-controle*, autorregulação e instrumentos de mercado. Democracia e estabilidade política são essenciais para o desenvolvimento sustentável. Outro requisito é a transparência, em todos os níveis e de todos os agentes sociais: governos, empresas e organizações da sociedade civil³⁰.

A empresa que quer ser sustentável deve incluir entre seus objetivos o cuidado com o meio ambiente, o bem-estar dos *stakeholders* e a constante melhoria da sua própria reputação. Sem deixar de se preocupar com a realidade econômica e de mercado no presente, as empresas devem estar sempre pensando em termos de valor ambiental e social no futuro.

A ecoeficiência pode ser definida como uma filosofia de gestão empresarial que incorpora a gestão ambiental. O principal objetivo da ecoeficiência é fazer a economia crescer qualitativamente, não quantitativamente. O uso excessivo do recurso natural rompe o equilíbrio do sistema socioambiental e quebra o sistema econômico.

A ética no mundo dos negócios pode ser definida como transparência nas relações e preocupação com o impacto de suas atividades na sociedade. Conflitos éticos não faltam no mundo dos negócios. Os objetivos da empresa de maximizar seu lucro colidem com os objetivos dos funcionários de obter a maior remuneração possível. O desejo dos fabricantes de cobrar margens confortáveis choca-se com o desejo dos consumidores de ter produtos bons e baratos. A vontade de um gerente de contratar um amigo opõe-se à necessidade da empresa de ter o melhor candidato possível e à exigência da sociedade de dar oportunidades iguais a todos.

³⁰ Id., ib., p. 79-81.

Decisões éticas são, por princípio, dilemas. No mundo dos negócios, eles são complicados pelo fato de que os benefícios da conduta ética são em geral intangíveis, e os custos, imediatos. Isso não quer dizer, como se acreditou durante muito tempo, que ética não combine com sucesso nos negócios, mas sim que ela impõe restrições. A empresa só vai ter comportamento ético, se aceitar que seus valores, baseados em honestidade, verdade e justiça, podem levar a algumas perdas. Ética tem a ver com o ato de sustentar compromissos, de não trair a confiança dos demais. Em termos macroeconômicos, a grande vantagem do comportamento ético surge quando a transparência diminui a ineficiência da falta de informações, e a confiança diminui os custos de controle.

A verdadeira responsabilidade social do empresário é dar certo. Ser eficiente e dar lucro. A contribuição mais sublime de um empreendedor é gerar empregos com perspectivas, que ofereçam poder aquisitivo suficiente para que seus funcionários possam ter acesso à saúde e à educação, garantindo sua empregabilidade hoje e amanhã.

Responsabilidade social corporativa é um conceito em que as empresas integram questões sociais e ambientais em seus negócios e em seu relacionamento com os *stakeholders*, isso de forma voluntária.

A principal função de um empreendimento é criar valor através da produção de mercadorias e serviços que a sociedade deseja, gerando, com isso, lucro para seus proprietários e acionistas, assim como bem-estar para a sociedade, particularmente através da criação de empregos. Entretanto, novas pressões sociais e de mercado estão gradualmente conduzindo a uma mudança nos valores e no horizonte no mundo das empresas. Nesse contexto, um número crescente de empresas tem abraçado a cultura da responsabilidade social corporativa.

A despeito do largo *spectrum* de definições para responsabilidade social corporativa, existe um grande consenso sobre suas principais características: a) responsabilidade social corporativa é comportamento nos negócios, algo que vá além das obrigações legais; é voluntariamente adotada porque é do interesse da empresa, à longo prazo; b) está intimamente ligada ao conceito de desenvolvimento sustentável: os negócios devem integrar a economia, o social e o meio ambiente em suas operações; c) não deve ser vista como mais uma preocupação opcional que pode ser adotada pelas empresas, mas sim como um modo de gerenciar os negócios.

Iniciativas de empresas na área de responsabilidade social têm uma longa tradição na Europa. O que distingue o entendimento de responsabilidade social corporativa, hoje, de iniciativas do passado é o papel estratégico que passou a ter e a necessidade de desenvolver instrumentos para seu gerenciamento.

Isso significa uma abordagem de negócio, a qual coloca as expectativas dos *stakeholders* e os princípios de contínuo desenvolvimento e inovação no centro das estratégias dos negócios. O que constitui responsabilidade social corporativa depende da situação particular da empresa e do contexto específico em que ela opera.

Em um quadro marcadamente complexo e de permanentes transformações produtivas, o papel desempenhado pelo gerenciamento de recursos humanos sofre os naturais impactos de uma lógica que privilegia a mensuração e reduz significativamente a importância da subjetividade como critério de valor. As organizações, submetidas a uma forte pressão ambiental, foram obrigadas a uma profunda reformulação para fazer frente ao novo arranjo. A incorporação de novas tecnologias organizacionais, práticas gerenciais hoje consagradas, como a terceirização e o *downsizing* gerencial, a contínua melhoria na qualidade e produtividade, a ênfase na figura do cliente, dentre outros aspectos, mudaram o tom das ações gerenciais³¹.

A valorização do indivíduo passou a ser vista como uma premissa imprescindível, seja pelos programas de remuneração variável que, em linhas gerais, tendem a privilegiar o desempenho medido ou esperado, seja pela crescente utilização de mecanismos antecipatórios na gestão de recursos humanos. A gestão de competências, alçada à posição de destaque no exato instante em que se privilegia a eficiência dos agentes sociais diante das novas demandas, veio acompanhada de uma forte reflexão sobre o seu papel na interligação entre produção e educação, devendo funcionar como uma ponte entre a possibilidade de ganhos organizacionais ao mesmo tempo em que se propõe a recompensar o esforço dos indivíduos³².

O modelo de gestão de pessoas por competências vem surgindo, mais acentuadamente a partir dos anos noventa do século passado, como uma

³¹ A. C. Q. Barbosa; D. M. Ferraz; D. P. T. Lopes, Competência nas organizações: o discurso e a prática na gestão de pessoas. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (26). Salvador, BA. *Anais...* 2002.

³² Id., ib., p. 2.

nova alternativa para gerir os recursos humanos em ambientes competitivos. Por meio dele, passa-se a dar cada vez menos importância às atribuições dos cargos, enfatizando em seu lugar a competência como base para instrumentalizar a gestão de pessoas. Ele constitui uma alternativa aos modelos tradicionais de gestão de pessoas, que vêm sofrendo muitas críticas, entre outros fatores, devido à sua falta de alinhamento com a estratégia empresarial³³.

As práticas de gestão de pessoas acompanharam a evolução da industrialização e das práticas administrativas, que se adaptavam na medida em que as empresas cresciam em tamanho, complexidade e necessidade de se diferenciarem dos concorrentes para tornarem-se competitivas. O surgimento dos sistemas de gestão funcionais data do início da era industrial, marcada pela existência de organizações manufatureiras. Nessas organizações, o processo produtivo era caracterizado pela repetição de tarefas padronizadas. Tal organização do trabalho deu origem ao modelo de gestão de pessoas. A similaridade das tarefas que vários funcionários exerciam tornava lógico o agrupamento de tarefas iguais em faixas mais amplas, os cargos. Assim, ficaria mais fácil comparar as posições dos funcionários para fins de gestão dos salários³⁴.

Conclusão

Em que pese alguns economistas ainda afirmarem que o governo é o único responsável pelo bem-estar social e que as empresas têm como responsabilidade apenas a geração de lucros aos seus acionistas, esta visão liberal dos negócios é totalmente incompatível com o desejo da sociedade, que exige do governo e empresas responsabilidade e transparência. Desenvolvimento sustentável deve ser visto como sendo um princípio e não uma fórmula. As organizações precisam ser transparentes e harmonizar as dimensões econômicas, sociais e ambientais. O objetivo dessas dimensões é o de criar um valor, a longo prazo, com base econômica, social e ambiental

³³ L. G. Albuquerque; P. M. Oliveira, Implementação do modelo de gestão de pessoas por competências: o caso Oxiten. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (26). Salvador, BA. *Anais...* 2002.

³⁴ Id., ib., p. 2.

sustentável. Em seu planejamento estratégico, a administração proativa não só adapta como pode mudar produtos, serviços e operações, a fim de estabelecer interesses mútuos e atingir harmonia com os *stakeholders*. As companhias serão julgadas cada vez mais por suas ações, o que implica reconhecer suas responsabilidades econômicas, legais, sociais e ambientais, sem que haja contradições em suas práticas.

O papel corporativo na área social acarreta transformação importante na forma como as empresas estão encarando o aumento substancial da exclusão social. Esse papel é fortalecido em decorrência da presença cada vez menos ativa do Estado nas esferas sociais. A intervenção privada não-lucrativa é apenas uma ação complementar, visto ser o Estado insuficiente na assistência social. Contudo, não se deve falar em substituição do Estado. De uns anos para cá, nota-se uma crescente consciência de que a empresa pode e deve assumir dentro da sociedade um papel mais amplo, transcendente ao de sua vocação básica de geradora de riquezas. A atuação da empresa na área social amplia e completa seu papel de agente econômico e a transforma em ator social, à medida que disponibiliza e adapta os mesmos recursos usados no seu negócio para transformar a sociedade e desenvolver o sentido do bem-comum e da responsabilidade social.

Apesar de as características do ambiente empresarial, hoje, terem mudado bastante, assim como mudou o processo produtivo da maior parte das empresas, os métodos tradicionais de remuneração baseados no cargo continuam a ter muito das características da época em que surgiram. Embora os sistemas funcionais apresentem seus problemas, eles ainda se constituem na forma mais comum de gestão de pessoas, pela facilidade em se adotar um modelo mais conhecido, pela maior facilidade de compreensão do modelo tradicional por parte dos funcionários ou, ainda, pela maior facilidade em se manter um padrão comparativo com o mercado de trabalho, que ainda utiliza modelos tradicionais³⁵.

A gestão por competências passou por diferentes fases até se consolidar no modelo mais defendido hoje. Em seu primeiro momento, ela estava mais ligada à preocupação de avaliar as pessoas para captar as mais competentes para as funções da empresa, sem, no entanto, qualquer ruptura com o modelo de gestão com base nos cargos. Exigiu-se um segundo momento marcado

³⁵ Id., ib., p. 3.

pelo surgimento das teorias de níveis de complexidade do trabalho. O terceiro momento surgiu com o conceito de competência essencial, ou *core competence*, que diz respeito às competências organizacionais, que a empresa necessitaria desenvolver e que a tornariam mais competitiva. Tais competências deveriam ser traduzidas pela organização em competências individuais. Um quarto momento, hoje mais defendido, dá-se pelo modelo através do qual a empresa utiliza a gestão por competências para integrar a gestão de pessoas com a estratégia, bem como capacitar as pessoas para que o desenvolvimento de competências ocorra em nível individual, proporcionando agregação de valor para a empresa e para os indivíduos³⁶.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. G.; OLIVEIRA, P. M.. Implementação do modelo de gestão de pessoas por competências: o caso Oxitenó. In: 26º. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Salvador, BA, 2002. *Anais...*
- ALMEIDA, Fernando. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: UnB, 2001.
- BARBOSA, A. C. Q.; FERRAZ, D. M.; LOPES, D. P. T. Competência nas organizações: o discurso e a prática na gestão de pessoas. In: 26º. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Salvador, BA. *Anais...* 2002.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. *ISO 14001: manual de implantação*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos*. São Paulo: Atlas, 2000.
- DRUCKER, F. Peter. *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1997.
- HAYEK, F. A. *O Caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- MEIRA PENNA, José Osvaldo de. *Da moral em economia*. Rio de Janeiro: Universidade, 2002.

³⁶ Id., ib., p. 3

- MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. *Administração de recursos humanos*. Trad. Reinaldo C. Marcondes. São Paulo: Atlas, 2000.
- MOLLER, Claus. *O lado humano da qualidade*. São Paulo: Pioneira, 2001.
- NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do Terceiro Setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- PARETO, Vilfredo, *Manual de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. I. (Coleção "Os Economistas").
- RIANI, Flávio. *Economia do Setor Público*. São Paulo: Atlas, 2002.
- RUSS, Jacqueline. *Pensamento ético contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 1999.
- SEN, Amartya. *Sobre Ética e Economia*. Trad. Laura Teixeira da Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. *Ética e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994.
- VALLE, Cyro Eyer do. *Como se preparar para as normas ISO 14000*. São Paulo: Pioneira, 2000.
- WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção "Os Economistas").
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szreczanyi e Tamás J. M. K. Szreczanyi. São Paulo: Pioneira, 1967.

Endereço do autor:

Rodovia Raposo Tavares, km 92,5
CEP 18023-000
Sorocaba – SP